

19.09.2017 – 11h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette e Associação de Pais.

Os elementos da delegação estão identificados na [página da Comissão](#).

Recebidos por: Deputados Susana Amador (PS, que presidiu à reunião), Sandra Pereira (PSD), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP).

Assunto: Situação de derrocada iminente numa escola em Odivelas.

Exposição: A Deputada Susana Amador (do PS, que presidia à reunião) cumprimentou os elementos da delegação, indicou a grelha de tempos da reunião e deu-lhes depois a palavra para a intervenção inicial.

Os membros da delegação agradeceram a audiência e indicaram o seguinte, em resumo:

1. A Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclo Avelar Brotero, em Odivelas, única escola com 2.º e 3.º ciclo do [Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette](#), encontra-se em situação de derrocada iminente;
2. A situação foi transmitida a várias entidades, entre elas a Provedoria de Justiça e a Câmara e todas responderam ao apelo;
3. Entretanto o Ministério da Educação iniciou obras de recuperação no Verão, orçamentadas em 130.000€, com a participação da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE)), da Câmara Municipal de Odivelas e da Direção do Agrupamento;
4. A DGEstE, após vistoria das instalações, informou que não há fendas estruturais e não há perigo de vida, no entanto, já caiu um bloco da parede, com cerca de 15Kg, pelo que entendem que o mesmo poderia ferir pessoas;
5. A escola tem vindo a perder alunos, entendendo que isso se deve ao estado da escola e ao receio de que a mesma seja fechada;
6. A obra nesta escola é uma minudência a nível nacional e as obras em curso são insuficientes;
7. O Agrupamento também ministra aulas à noite;
8. Propõem que a escola se mantenha no mesmo local, de fácil acesso e seguro, no centro da cidade.

Intervio de seguida a Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP), referindo que existe muito consenso entre todos os Grupos Parlamentares sobre a necessidade das obras, tendo sido aprovadas recomendações ao Governo sobre a matéria. Manifestou depois dúvidas em relação à informação prestada à escola pela DGEstE quanto às fendas em várias partes do edifício não serem estruturais e perguntou se tinha sido facultado um relatório que assegurasse isso de forma oficial, e para segurança de todas as partes.



Questionou ainda para onde são direcionados os alunos que foi referido que a escola tem vindo a perder, bem como os custos dessa opção. Por último, perguntou o que incluem as obras em curso – no valor referido de 130.000€ -, que grau de tranquilidade dão à comunidade escolar e qual é o passo seguinte que a tutela indica.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) indicou que têm vindo a acompanhar a matéria, na sequência de visitas à escola e que a situação deficitária já vem sendo identificada pelo menos desde 2009, salientando que os problemas parecem estruturais. Manifestou depois preocupação com a existência de fibrocimento, atentos os problemas de saúde inerentes.

Salientou que em visita ao local verificaram as fissuras, parecendo que o terreno não tem estabilidade e ficaram apreensivos com os tetos e a queda de estuque, o que veio a verificar-se. Considerou depois que é necessária uma intervenção mais do que paliativa. Transmitiu ainda reconhecimento pelas intervenções feitas pelos agentes escolares, para tornarem a escola mais acolhedora e manifestou preocupação com a fuga de alunos que se tem vindo a verificar, não obstante a boa localização da escola, no centro de Odivelas.

A terminar, perguntou o que vai ser intervencionado prioritariamente, nomeadamente em termos de segurança, o que fica por fazer e o que entendem que deve ser feito.

A Deputada Sandra Pereira (PSD) considerou que as obras de 130.000€ são insuficientes e referiu que é consensual entre os Grupos Parlamentares a necessidade das obras, tendo sido aprovados vários Projetos de Resolução sobre a matéria. Referiu que por análise empírica as fissuras parecem muito significativas. Informou depois que o Orçamento do Estado mostrará as intervenções a realizar nas escolas e o PSD continuará a acompanhar a situação.

A Deputada Susana Amador (PS), em representação do PS, referiu o consenso de todos os Grupos Parlamentares em relação à recuperação da escola e indicou que se trata de uma escola de referência, que teve sempre bons resultados, nos alunos diurnos e noturnos. Informou depois que anteriormente a Câmara Municipal não celebrou contrato de execução para esta escola, atento o seu estado de degradação, tendo a mesma permanecido sob a égide do Ministério da Educação.

Transmitiu também que tem informação de que as obras estão em boa execução e incluem, nomeadamente, a intervenção em janelas, a nível de pinturas e a remoção do fibrocimento, pedindo depois confirmação das obras a executar. Informou ainda que a DGEstE vai também pintar todo o edifício e fazer uma intervenção nos recreios, pelo que o total das obras ascenderá a 230.000€. Reconheceu ainda a necessidade de uma intervenção mais profunda, mas que a intervenção em curso garante adequada segurança a alunos, docentes e demais funcionários.

A terminar, questionou se pretendem manter a escola no mesmo local ou se equacionam outras alternativas, nomeadamente integrar os alunos da Avelar Brotero na Escola Secundária de Odivelas, no âmbito de uma requalificação profunda que venha a ocorrer e a beneficiar esta Escola Secundária no futuro, ou se entendem que deve ser construída uma nova escola em local diferente.

Na sequência das questões e observações dos Senhores Deputados, os membros da delegação indicaram o seguinte:

1. A DGEstE não apresentou nenhum estudo que demonstre que a escola não tem problemas estruturais, tendo apenas sido transmitida a posição verbal da arquiteta nesse sentido;
2. Sugerem que se devem ir comparando as fissuras, para avaliar a sua evolução;
3. Realçam o esforço dos assistentes operacionais, realizando pinturas e melhoramentos;
4. Consideram que o que está em causa não são apenas problemas de estética e as obras que estão a ser feitas são apenas simbólicas e não defendem os interesses dos agentes educativos;
5. Há terrenos com fissuras de alcatrão onde os alunos praticam Educação Física, com o risco de acidentes;
6. Têm conhecimento das obras pela informação que foi transmitida à Provedoria de Justiça, incluindo as mesmas a retirada do fibrocimento e congratulam-se pela informação de que vão ser realizadas mais obras, pelo que o total ascenderá a 230.000€;
7. Entendem que o local da escola é bom e a mesma não deve ser mudada;
8. A escola perde, em média, 8 turmas na passagem do 1.º para o 2.º ciclo, não obstante tenha boas condições;
9. Entendem que talvez não estejam a ser utilizados todos os recursos de apoios comunitários existentes, questionando se a remoção do fibrocimento não poderia ser feita com utilização de verbas de programas da área do ambiente;
10. Consideram que a Escola Secundária tem pouco espaço, não permitindo a expansão necessária para acolher os alunos da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclo Avelar Brotero, realçando ainda que em Odivelas tem aumentado a taxa de natalidade;
11. Os alunos que saem vão para a Escola da Ramada e para a Vasco Santana;
12. Sabem que existe um novo espaço disponibilizado pela Câmara na zona da Ribeirada, mas consideram que é muito próximo da Escola da Ramada e não serve os alunos de outras zonas;
13. Defendem que se deve requalificar a Escola Avelar Brotero e não deslocalizá-la;
14. As obras de 230.000€ asseguram apenas a retirada do fibrocimento e o conforto mínimo.

A terminar, perguntaram que tipo de resposta podem esperar da Assembleia da República e dos Grupos Parlamentares.

A Deputada Susana Amador (do PS, que presidia à reunião) informou que os Deputados podem formular perguntas escritas ao Governo e à Câmara sobre a matéria, bem como fazer intervenções no Plenário e no âmbito da apreciação da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2018, apresentando propostas de reforço de verbas para realização de obras de fundo.

A documentação remetida e a gravação da audiência estão disponíveis na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 19 de setembro de 2017

A assessora
Teresa Fernandes